

APRESENTAÇÃO

O presente dossiê intitulado “**As políticas de Educação Superior na contemporaneidade: avanços, retrocessos e desafios**” teve sua origem e idealização no decorrer da Disciplina “Políticas e Gestão da Educação Superior - PGES” no Curso de Pós-Graduação *stricto sensu*, Mestrado e Doutorado em Educação, Linha de Pesquisa “Estado, Políticas e Gestão da Educação”, oferecido pela Universidade Federal de Uberlândia-MG, no segundo semestre de 2024. A docente responsável pela disciplina foi a Prof^ª Dr^ª Maria Célia Borges (UFU), com a colaboração do Prof. Dr. Marcos Antonio Lima Pereira (SME/UFU), que auxiliou em todo o curso. Somou-se à organização desta publicação a contribuição de Adriana dos Santos Prado Sadoyama (UFCAT), que foi aluna da disciplina, fez toda a mediação com a Revista Multidisciplinar Humanidades & Tecnologias (Finom), e ainda colaborou com a construção e a organização dos artigos.

Tivemos a alegria de poder contar com a participação colaborativa de vários professores na disciplina, num trabalho em equipe e dialógico, caracterizando-se como multi e interdisciplinar. Dentre estes, tivemos a participação dos professores: Prof. Dr. Armindo Quillici Neto (UFU), Prof. Dr. Claudio Gonçalves Prado (UFU), Prof^ª Dr^ª Elisa Antônia Ribeiro (IFTM), Prof^ª Dr^ª Leonice Matilde Richter (UFU), Prof^ª Dr^ª Érica Giaretta Biase (SME), Doutoranda Silvani Aparecida Ribeiro de Paiva (UFU) e Prof. Dr. Vicente Batista dos Santos Neto (IFTM). Ainda contamos com a contribuição da Doutoranda Raquel Silva Borges, da Dr^ª. Luci Aparecida Souza Borges de Faria, Dr^ª Ilza Maria da Silva Alves e Mestranda Laura Vencio que socializaram suas pesquisas. Alguns deles, que serão citados na autoria dos artigos, contribuíram na construção dos textos, adensando a qualidade de nossa edição.

A ementa, que consta no plano de ensino da disciplina PGES, resume-se em: Políticas de Educação Superior; Trajetórias da Educação Superior no Brasil; O público e o privado na Educação Superior; Modelos institucionais e desenhos organizacionais na Educação Superior; Avaliação institucional e desempenho acadêmico na Educação superior; Políticas de formação e trabalho docente na Educação Superior; As tecnologias da informação e comunicação (TIC) e sua inserção na Educação Superior; Pesquisa e Pós-graduação no Brasil; e Análise de políticas e programas governamentais na Educação Superior.

Verificamos pela ementa que o conteúdo é amplo e complexo por envolver várias perspectivas da Educação Superior, o que justificou a busca da equipe de professores supracitada para enriquecer as discussões. No final da disciplina a avaliação dos alunos e

professores foi positiva, o que nos conduziu ao registro destes resultados, por meio deste dossiê, construído de forma coletiva e tendo como principais autores os estudantes de pós-graduação que participaram da disciplina PGES.

Os estudos foram orientados por meio da exploração de uma referência atualizada, indicada na bibliografia do curso, objetivando formar um arcabouço teórico sobre a temática da disciplina. Além disso, os principais autores reconhecidos na área de estudo da disciplina PGES, e que foram estudados e debatidos em sala de aula presencial, aparecem, em sua maioria, nas discussões teóricas nos textos dos artigos deste dossiê.

Na justificativa da disciplina reafirmamos que as políticas de Educação Superior no Brasil representavam o foco da disciplina, na tentativa de contribuir com as discussões sobre as mudanças na estrutura e no funcionamento da Educação Superior brasileira na atualidade. Entendemos que a Educação Superior é aquela ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.

A Educação Superior atende os estudantes nos cursos de graduação, pós-graduação e extensão. Os cursos de graduação são abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio, ou equivalente, e tenham sido classificados em processo seletivo. Os cursos de pós-graduação compreendem os cursos de especialização e outros são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação que atendam às exigências das instituições de ensino. Os cursos de Extensão são aqueles abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos, em cada caso, pelas instituições de ensino e, nesse caso, nas universidades eles são propostos por meio de projetos construídos por professores ou pessoal do administrativo. Assim, cumpre-se a missão da Universidade em realizar o ensino, a pesquisa e a extensão.

A história da Educação Superior no Brasil traz uma história de inclusão de poucos e exclusão de muitos a esse nível de ensino. Há ainda outros entraves, tais como: questões de acesso e permanência são problemas antigos e persistentes; e várias formas polêmicas relacionadas aos sistemas de avaliação da ES. Além do mais, destacamos o crescente processo de privatização e mercantilização da Educação Superior em detrimento do investimento na Universidade Pública, que seria mais inclusiva. Ademais, destacamos os mecanismos usados pelo Estado para a consolidação e supremacia do projeto educacional governamental imerso da perspectiva mercantilista e, portanto, neoliberal.

Em síntese, é possível vislumbrar neste Estado neoliberal que os interesses políticos e os fundamentos das mudanças em processo em nosso país, as novas legislações, as alterações ocorridas no Estado e, especialmente, as mudanças nas políticas sociais e as suas repercussões

no cotidiano da educação escolar, bem como a expansão da Educação Superior com seus avanços e limites, comumente com poucos recursos que levam ao detrimento da qualidade de ensino, nos levaram à discussão de elementos constitutivos de uma política educacional que se consubstanciam em objetos de análise, seguidos de crítica e superação da política educacional excludente, tendo em vista que se firmam como privilégio de determinadas classes, desde longa data.

Outro tema que mereceu nossa atenção, por ser atual e efervescente, é a avaliação das metas do PNE (2014-2024). Constatamos que várias metas não foram alcançadas, algumas ficaram próximas e outras mais distantes. Depreendemos que a Educação Superior no Brasil é complexa, apresenta disputas, dilemas, avanços e recuos. Atender os seus desafios não é tarefa fácil; mas, seguimos com esperança de vencer as dificuldades e retrocessos, alcançando avanços significativos. Assim, o objetivo deste dossiê é trazer discussões críticas sobre a temática, denunciar as limitações das políticas públicas e ainda vislumbrar possibilidades de aperfeiçoamento destas. Seguimos firmes na militância de lutar pelas políticas públicas da Educação Superior, apostando no promissor Plano Nacional de Educação – PNE para a próxima década (2024-2034), que neste momento está em discussão no Congresso Nacional.

Os artigos que compõem este dossiê foram escritos, inicialmente, por cada estudante que fez parte da disciplina, assim como, colaboradores do Curso de Relações Internacionais da UFU. Ao ser atendida esta etapa, cada estudante pôde, se conveniente, abrir-se para uma parceria no aperfeiçoamento do texto final e, todos juntos, vieram modelar esta coletânea de artigos.

Inicialmente, fizemos uma entrevista com o Prof. Dr. João Ferreira Oliveira (UFG), que é autoridade no assunto discutido neste dossiê, com notoriedade nacional e internacional nas pesquisas e publicações. Sua entrevista intitulou-se “As políticas de Educação Superior atuais e a avaliação do cumprimento das Metas do PNE (2014/2024)”. O objetivo da entrevista foi ampliar a discussão sobre as políticas de Educação Superior. Nesse sentido, a entrevista com o professor João evidenciou os resultados das políticas de Educação Superior no atual Governo Lula e analisou o cumprimento das metas do PNE (2014-2024) concernentes à Educação Superior, trazendo uma perspectiva sobre os desafios e as possibilidades das políticas da ES, ou seja, o que se espera dela num futuro próximo e no próximo PNE que está em construção.

Em relação aos artigos que o compõem, este dossiê está estruturado da seguinte forma: O primeiro artigo intitulado “O projeto neoliberal na formação de professores: o Conselho Nacional de Educação (CNE) no contexto de construção da Resolução nº 4/2024” foi construído

por Adriana dos Santos Prado Sadoyama (UFCAT), Camila Lima Coimbra (UFU), Mônica Vieira Sandes Teodoro (UFU) e Maria Célia Borges (UFU). O texto teve como objetivo discutir o projeto neoliberal na formação de professores/as no Brasil, por meio da conjuntura estrutural de influência do Conselho Nacional de Educação (CNE) no ano de 2024. Buscou-se ainda analisar a reestruturação da formação de professores/as no Brasil a partir da Resolução CNE/CP nº 04/ 2024, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, situando as Diretrizes de 2024 no projeto social e histórico ao qual estão filiadas. A pesquisa delineou-se como bibliográfica e documental. Os resultados explicitaram, no mapeamento feito ao observar os nomes da Comissão Bicameral do CNE, as suas redes de relações institucionais e é possível perceber a desproporção da luta, em termos numéricos, entre a lógica neoliberal representada pela Comissão e a educação pública para todos, sem nem mesmo aprofundar a referida rede. Isso desencadeou a força dos movimentos sociais construída historicamente no Brasil, que resistiu e conseguiu a revogação da Resolução nº 2/2019. Diante dessa situação, é urgente retomar a formação, a escolha e a definição do Conselho Nacional de Educação (CNE) no país, numa luta por mudanças promissoras na formação.

Em seguida, apresentamos o artigo nomeado “O Projeto de Lei do Novo Plano Nacional de Educação – PNE (2024-2034): perspectivas e desafios para a Educação Superior para o próximo decênio”, escrito por Marcos Antonio Lima Pereira (UFU/SME), Raquel Silva Borges (UFU) e Lucia de Fatima Valente (UFU). O principal objetivo foi discutir as perspectivas e os desafios para a Educação Superior no Brasil, tendo como referência o Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE) para o próximo decênio (2024-2034), protocolado no Congresso Nacional pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Como resultados verificou-se que o atual PNE (2014-2024), que foi prorrogado até 31 de dezembro de 2025, se consolida como um grande desafio, sobretudo com relação à sua meta 12 que ainda se encontra distante de ser alcançada.

O texto “As Instituições de Educação Superior no Brasil (IES) e a influência das políticas neoliberais no corte de financiamento: experiência da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)” de Edilaine Patrícia de Oliveira (UFU e PMU) e Sérgio Paulo de Moraes (UFU). O objetivo foi apresentar o histórico das Instituições de Educação Superior (IES) no Brasil, destacando a influência da economia brasileira para a sua expansão e os ajustes oriundos da influência das políticas neoliberais, com a análise da realidade da Universidade Federal de

Uberlândia (UFU). A base epistemológica de sustentação desse artigo foi o Materialismo Histórico-Dialético (MHD) e a partir dele foi realizada uma revisão bibliográfica e pesquisa documental. Depreendeu-se que o corte de gastos do Estado com a Educação Superior repercute na melhor qualidade de ensino, pesquisa e extensão, papel da universidade e, após o *impeachment* da presidenta Dilma, a educação superior passou por novo período de crise com o corte e contingenciamento dos recursos. Com o governo Bolsonaro a ciência e a educação superior sofreram os impactos desse governo e hoje, com o novo governo Lula, as pesquisas e a ciência voltaram a ter o papel central e as universidades públicas são as maiores produtoras de pesquisa e ciência no país.

O texto “O percurso histórico da Assistência Estudantil: um debate necessário para a garantia da Qualidade na Educação Superior”, com autoria Daniela da Cunha Lopes^{de} Almeida (UFU) e Camila Turati Pessoa (UFU), teve como objetivo discutir o percurso histórico do campo da Assistência Estudantil até a implementação da Política Nacional de Assistência Estudantil, recém promulgada por meio da Lei nº 14.914/2024. A pesquisa é qualitativa, com delineamento bibliográfico e análise documental da legislação relacionada ao tema. Os resultados explicitaram que a discussão dessa trajetória denuncia os impactos da lógica neoliberal presente no campo da Educação brasileira e destaca a importância dos serviços de Assistência Estudantil oferecidos nas IES públicas para a efetivação do direito à educação e, conseqüentemente, da garantia da qualidade na Educação Superior no país.

Em seqüência, o texto “A função social da universidade e a política de assistência”, construído por Ilza Maria Silva Alves (UFU) e Maria Célia Borges (UFU), trouxe como objetivo refletir sobre o papel social que a universidade pública vem assumindo e desempenhando ao longo dos tempos, na interface com as questões da comunidade interna e externa, e entendendo a educação enquanto um direito social resultante de conquistas obtidas por diversos coletivos ao longo da história. A metodologia da pesquisa é bibliográfica e documental. Na conclusão, entende-se que a importância do fortalecimento da função social da universidade perpassa o estímulo ao olhar crítico e pensamento emancipatório do graduando, na busca de fortalecer sua função social, proporcionando ensino para além do viés capitalista e mercadológico.

O texto “A Política de Assistência Estudantil e o governo Bolsonaro: uma revisão bibliográfica de 2019 a 2022” foi escrito por Laura Maria de Araújo Vencio, tem como objetivo inferir sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) durante o Governo Bolsonaro. A pesquisa delinea-se como qualitativa, bibliográfica e documental.

Qualitativamente pode-se dizer que as reflexões a respeito da conjuntura das políticas de educação superior, principalmente sobre o PNAES, sofreram influências de um modelo antidemocrático, na contramão de sua natureza emancipatória. Portanto, faz-se necessária a reflexão dessa temática e publicização para fins de resistência, defesa e luta pela ampliação desses direitos.

O artigo denominado “Acesso ao Ensino Superior para pessoas em privação de liberdade”, estruturado por Tânia de Fátima Teófilo (UFU) e Lázara Cristian da Silva (UFU), objetiva refletir sobre os programas de acesso ao ensino superior para pessoas privadas de liberdade, analisando as políticas públicas voltadas ao sistema prisional. A pesquisa baseou-se em uma abordagem epistemológica do materialismo histórico-dialético que utilizou a revisão bibliográfica e documental na análise de dados do Sistema de Informações Penitenciárias (SISDEPEN). Os resultados mostram que apesar das políticas existentes, a implementação enfrenta obstáculos logísticos, sociais e econômicos, refletindo em uma exclusão educacional relevante. A falta de infraestrutura adequada, recursos tecnológicos e suporte pedagógico, além do estigma social, comprometem o acesso efetivo à educação para a população carcerária. A análise sugere que para uma inclusão educacional eficaz é necessário um esforço integrado que envolva adaptações nas infraestruturas prisionais, capacitação de profissionais e a criação de um sistema de ensino a distância adaptado às necessidades do público na condição de privação de liberdade no sistema prisional.

No texto “A inserção profissional da Psicologia Escolar na Educação Superior: Possibilidades e desafios” foi escrito por Bruno Corrêa Sartini (UFU), Andréa Maturano Longarezi (UFU) e Claudio Gonçalves Prado (UFU). O objetivo foi discutir a atuação da psicologia escolar no Ensino Superior. O ponto inicial de discussão é a lei que regula a inserção de profissionais da psicologia no ensino básico. O artigo é resultado de um estudo de caráter ensaístico que retrata quais são as principais possibilidades e desafios da psicologia. Depreendeu-se a necessidade de se pensar a psicologia para além da clínica, possibilitando sua inserção como corpo técnico que complemente, auxilie e formule, junto à equipe pedagógica, o projeto político pedagógico da escola e sua execução. Nele destaca-se a dificuldade de inserção e aceitação do psicólogo como profissional da educação, assim como sua presença nas unidades acadêmicas na Educação Superior e os autores concluem que a psicologia pode desempenhar um papel interessante no processo de desenvolvimento realizado no Ensino Superior, contribuindo nos aspectos psicológicos envolvidos nos processos pedagógicos, ou seja, uma Psicologia Pedagógica.

A seguir trazemos quatro textos que envolvem discussões internacionais. “Os impactos e as influências da colonização nas políticas e na gestão do ensino superior no Brasil e em Moçambique em pleno século XXI” é o primeiro deles e foi construído por Fernando Agostinho Dzeco (ISPSongo (Moçambique), Marcos Antonio Lima Pereira (UFU/SME) e Vanessa T. Bueno Campos (UFU). Tem como objetivo analisar a influência do colonialismo na gestão e nas políticas da educação no ensino superior no Brasil e em Moçambique no período de 2013 a 2023. Afirma-se que a gestão e as políticas da educação no ensino superior são os alicerces para o desenvolvimento. As metodologias utilizadas no artigo são a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Os resultados mostram uma linhagem da gestão e das políticas educacionais direcionadas a desfavorecer os pobres. Como considerações finais foi possível afirmar que a gestão e as políticas do Ensino Superior no Brasil e em Moçambique continuam ligadas às ideias do colonialista, que sempre concebeu a educação apenas para os filhos e filhas dos governantes, ficando a classe pobre à margem do direito a uma educação universitária.

O segundo texto intitulado “Educação superior no Haiti: os desafios da permanência estudantil em um período de crise política, social e econômica” foi escrito por Jackson Dumay (UFU) e Marcelo Soares Pereira da Silva (UFU e Uniube). O objetivo principal foi analisar a evolução das políticas públicas para a Educação Superior e os fatores que afetam a retenção dos estudantes, com foco nas crises política, social e econômica. A metodologia foi qualitativa e de natureza bibliográfica. Os resultados indicam que é possível superar os desafios existentes e que a colaboração entre o governo, a sociedade civil, Instituições de Educação Superior (IES) e estudantes é crucial para fortalecer o sistema educacional, a fim de promover a permanência estudantil e impulsionar a recuperação econômica e social do país.

O terceiro texto desta série, denominado “Políticas avaliativas no ensino superior: impactos e desafios no Brasil e Moçambique” foi construído por Elisa Antonia Ribeiro (IFTM), Fernando Agostinho Dzeco (ISPSongo (Moçambique) e Vanessa T. Campos Bueno (UFU). O foco foi analisar a criação e a implementação dos sistemas de avaliação da qualidade do Ensino Superior no Brasil e em Moçambique, à luz das transformações na função social dessa etapa educacional. Como metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica, baseada na análise crítica de produções nacionais e internacionais. A pesquisa compara o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) no Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade (SINAQES) em Moçambique, destacando convergências, divergências e desafios de ambos como políticas públicas para o ensino superior. Conclui-se que é necessário ampliar os critérios de avaliação para focar mais diretamente no desenvolvimento humano,

reconhecendo que a qualidade educacional depende fundamentalmente da atuação de professores, alunos e gestores acadêmicos no processo de ensino-aprendizagem. Um sistema avaliativo balanceado e inclusivo pode transformar o ensino superior em uma ferramenta fundamental para a transformação social e econômica das nações.

O último texto que envolve as discussões internacionais sobre a Educação Superior, denominado “As políticas de formação continuada de professores (as) da educação básica no Brasil e em Moçambique, na última década”, foi escrito por Niate Sulemane Adamo (Universidade Save - Moçambique) e Maria Célia Borges (UFU). O objetivo foi analisar como se organizam as políticas de formação continuada dos professores/as no Brasil e em Moçambique, explicitando o seu marco legal, seus avanços, retrocessos, contradições e desafios. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica e a análise documental na busca de entender as políticas de formação continuada em ambos os países. Os resultados mostraram que os dois países foram colônias de Portugal por séculos e possuem uma desigualdade social muito grande. A formação continuada no Brasil já experimentou muitos programas e ações, financiadas pelo governo federal, enquanto em Moçambique a formação inicial de professores é muito frágil pois acontece comumente em nível de educação básica e média. A formação continuada existe de forma precária e privada, custeada por cada professor que já é bastante desvalorizado. Ambos os países precisam aperfeiçoar as políticas e práticas de formação continuada, com políticas de Estado que sejam contínuas, sólidas, indo ao encontro dos interesses e necessidades dos professores, aliadas a melhores condições de trabalho e à valorização docente.

Em sequência apresentamos o texto denominado “Inteligência Artificial na Educação Superior na relação com o PBIA” de autoria de Abadia Adenísia Rocha e Silva (PPGED/UFU) e Aléxia Pádua Franco (UFU). O objetivo da pesquisa foi analisar quais são as ações do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) que contemplam a educação superior e como a Universidade Federal de Uberlândia traz esta temática para debate no âmbito da inteligência artificial e educação superior. A metodologia utilizou o PBIA para análise, o Seminário de Inteligência Artificial e Educação realizado na UFU, o modo de participação das Universidades na elaboração e desenvolvimento do PBIA, com destaque para a UFU e estudos científicos para uma breve fundamentação teórica sobre a IA. Nos resultados mostraram que há uma dicotomia de entendimento entre as ciências produtoras desta tecnologia e as ciências que discutem o impacto sociotécnico da tecnologia na sociedade. Buscar uma consonância de entendimento sobre a tecnologia é um desafio nas Instituições de Educação Superior (IES).

O artigo “O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): do FNDE às escolas” tem a autoria de Luciane Márcia de Oliveira Teodoro Silva (UFU) e Vilma Aparecida de Souza (UFU). Seu objetivo foi analisar o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) com base em dados de avaliação sistêmica do programa e na atuação do Cecampe Sudeste/UFU na implementação dessa política pública, que visa à descentralização de verbas e ao fortalecimento da autonomia das escolas públicas no Brasil. O PDDE tem como objetivo principal atender às necessidades estruturais e pedagógicas das instituições de ensino, contribuindo para a equidade e a qualidade educacional. Os Centros Colaboradores (Cecampes) desempenham um papel relevante nesse contexto, oferecendo suporte técnico, formações e acompanhamento regionalizado. O Cecampe Sudeste/UFU, resultado da parceria entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), desde 2020, tem papel essencial ao consolidar a implementação dessa política pública, promovendo ações que fortalecem a gestão dos recursos financeiros. A metodologia delineou-se como qualitativa, bibliográfica e documental. Nos resultados vemos que as formações promovidas pelo Cecampe Sudeste/UFU, e as demais atividades, têm sido fundamentais no apoio e na formação de gestores escolares.

o texto “A Monitoria na Educação Superior: um relato sobre sua importância no contexto formativo docente em Artes Cênicas”, um relato de experiência escrito por Brenda Thaíse da Silva Araújo (UFU). O propósito foi revelar os resultados e ganhos positivos causados pela experiência da monitoria acadêmica, por intermédio de um relato de vivência como bolsista no âmbito da graduação, no contexto da Universidade Federal do Amapá. Utilizou-se a metodologia qualitativa e pesquisa bibliográfica para o diálogo com os autores. Explicitou-se que a monitoria, que acontece em instituições de Educação Superior, é uma atividade acadêmica que envolve a participação de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação para auxiliarem na condução de atividades de ensino, aprendizagem e apoio a outros discentes, sob a supervisão de um docente. As atividades realizadas no período da realização de monitoria trouxeram reflexões com referências na área de estudo, para fundamentação teórica das Artes Cênicas.

texto Dostoiévski em “Memórias do Subsolo”: século XIX, Revolução Russa e o Realismo literário Russo pela luz do Realismo Clássico e a Virada Estética investiga as críticas realizadas pelo escritor russo Fiódor Mikhaïlovitch Dostoiévski em sua obra *Memórias do Subsolo*, pela luz das teorias das relações internacionais, o realismo clássico e a virada estética. Buscando compreender as táticas literárias utilizadas pelo autor como forma de evidenciar suas vivências pessoais no século XIX durante a

Revolução Russa e a queda do governo autocrático de Czar Alexandre II. A metodologia utilizada busca analisar de forma qualitativa um estudo de caso a partir de uma pesquisa bibliográfica, baseada em recortes do próprio livro e das teorias internacionalistas supracitadas anteriormente. Os resultados demonstram que é possível observar um impacto significativo da literatura dostoiévskiana na cultura cotidiana e nas teorias internacionalistas, no que alude a uma reflexão mais profunda do impacto dos movimentos políticos de grandes potências do sistema internacional em movimentos sociais.

O artigo Studio Ghibli: imperialismo, modernidade e natureza sob a visão do animismo crítico de Hayao Miyazaki trabalho pretendem investigar as pretensões críticas contidas nas narrativas dos filmes do estúdio japonês de animação Studio Ghibli através de seu uso do elemento animista, especificamente no que tange os temas de imperialismo, modernidade e relação humana com a natureza. Por meio da análise de três longa-metragens do estúdio de animação japonês (Nausicaä do Vale do Vento de 1984, Pom Poko: A grande Batalha dos Guaxinins de 1994 e Princesa Mononoke de 1997) aliada à revisão bibliográfica de uma literatura concernente ao tema, tomamos o conceito de Yoneyama (2023) de animismo crítico de Hayao Miyazaki como indicador da crítica contida nas narrativas. Conclui-se, ao identificar indicadores do animismo crítico em todas as obras analisadas, que o animador Miyazaki constrói narrativas que perturbam discursivamente as tradicionais ideologias e identidades tradicionais japonesas.

E por fim, o artigo O Feminismo Sul-Coreano e o Movimento 4B: Novas Perspectivas para a Igualdade de Gênero artigo investiga a evolução do feminismo na Coreia do Sul, com foco no Movimento 4B, que promove a independência feminina ao desafiar as normas patriarcais, como casamento, maternidade e relacionamentos heteronormativos. A metodologia baseia-se em uma análise histórica e sociocultural, a partir da revisão bibliográfica acerca do feminismo sul-coreano, e análise de matérias de jornal usadas para contextualizar de maneira atual o movimento. Os resultados indicam que o Movimento 4B reflete mudanças significativas na percepção feminina sobre papéis tradicionais, incentivando escolhas de vida mais autônomas e moldando o debate sobre igualdade de gênero no país. Contudo, o movimento enfrenta críticas por suas implicações na taxa de natalidade, nas estruturas sociais coreanas e na sua aderência ao debate de gênero binário, polarizando opiniões públicas. As conclusões destacam o caráter transformador do Movimento 4B, enfatizando seu papel no debate acerca das estruturas de gênero enraizadas na sociedade sul-coreana. No entanto, o avanço do movimento na Coreia do Sul enfrenta desafios devido à resistência social e política, refletindo a complexa interação entre progressos e retrocessos em uma sociedade, em grande parte, conservadora.



Enfim, esperamos deixar aqui uma contribuição para a área de pesquisa em Educação Superior. Leiam os artigos com fruicão e dialoguem conosco sobre eles. Estamos abertos a elogios, críticas e sugestões.

Uberlândia, fevereiro de 2025.

Profª Drª Maria Célia Borges (UFU)

Prof. Dr. Marcos Antonio Lima Pereira (SME/UFU)

Profª Drª Adriana dos Santos Prado Sadoyama (UFCAT)

